

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXV

Homenagem a Sérgio Soares



COIMBRA 2001/2002
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

**Emigração e população em finais do século XIX.
A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)¹**

MARÍA ANTONIA LOPES
Universidade de Coimbra

1. Quem, nos finais do século XIX, precisasse de um passaporte, deveria proceder previamente ao registo de identificação na administração do concelho, como estipulara a portaria circular de 9 de Janeiro de 1857, ao esclarecer que todos aqueles que residissem fora da sede do distrito teriam de se legitimar na administração do concelho para obterem o passaporte junto do Governo Civil. Foram essas identificações, registadas em quatro *Livros de termos de identidade*², que possibilitaram o presente estudo³, uma micro-análise da emigração

¹ Este estudo, tão despretensioso, é a homenagem que presto ao Sérgio Soares, ao notável Historiador, ao Colega de gabinete de trabalho e ao Amigo de muitos anos. Merecia mais, é certo, mas preferi apresentar este artigo a alhear-me de uma publicação que lhe é dedicada. Além disso, creio que ele, trabalhador incansável de arquivo que sempre utilizou sólidas fontes primárias e defendia a importância incontornável dos estudos de história local, não deixaria de atribuir algum valor a estas páginas.

² Arquivo Municipal da Meda (doravante: AMM), *Livro de termos de identidade*, 1889-1892; *Livro de termos de identidade*, 1892-1894; *Livro de termos de identidade*, 1894-1895; *Livro de termos de identidade*, 1895-1896. O período estudado é muito curto porque a série documental preservada no arquivo camarário se limita a esses 4 livros.

³ Irene Maria Vaquinhas fez já uma análise deste tipo utilizando uma série muito mais

portuguesa através do êxodo de um pequeno concelho no extremo norte do distrito da Guarda, na transição da Beira Alta para o Alto Douro.

Cada termo é assinado pelo administrador do concelho, pelo secretário da administração, pelas testemunhas do requerente e por este, se o soubesse fazer. Os dados fornecidos pelos registos mantêm-se uniformes ao longo da série, mas enquanto nos primeiros anos, quando uma família requer a identificação, o termo é lavrado com os elementos identificativos de todos os membros, a partir de certa altura apenas se registam os do chefe de família. Por isso as informações de que disponho sobre os homens são muito mais ricas do que as que se referem às mulheres e crianças. Sobre cada requerente é explicitado o seguinte: data do pedido de identificação, nome, filiação, estado conjugal, naturalidade e/ou residência, idade, altura, configuração do rosto, boca e nariz, tom de pele, cor dos olhos, sobrolhos e cabelo, sinais particulares, profissão, se sabe ou não ler e escrever e localidade para onde pretende emigrar**⁴.

Estes registos, embora muito completos, não permitem detectar fraudes que, certamente, terão sido praticadas. O facto de requererem a identificação grande número de indivíduos oriundos e domiciliados noutros concelhos e em distrito diferente, por vezes de freguesias distantes da Meda, e de esse número crescer ao longo dos anos em estudo, indicia tentativas de fuga à verdade, o que seria difícil ou impossível fazer na sua localidade de residência habitual⁵.

Podemos ver um reforço desta hipótese num caso de 1892: a 4 de Novembro aparecem seis homens das Antas (concelho de Penedono, distrito de Viseu) e ainda um outro, no dia 7, declarando-se todos cozinheiros e tendo como destino o Rio de Janeiro. Uma das testemunhas, um alfaiate da Meda, é comum a

longa: 7.413 registos de passaportes concedidos pelo Governo Civil de Coimbra em 18 anos compreendidos entre 1865 e 1916 (*Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1996, pp. 81-114).

⁴ Cf. Doc. 1 do Apêndice documental.

⁵ Assim pensa também Luciano Cordeiro, mas a nível de distritos, quando afirma: “Mas um indivíduo que busca obter aquele documento [passaporte] fóra do districto do seu domicilio onde facilmente poderia obtel-o, ou do ponto do seu embarque onde é mais natural que o solicite, suggere pelo menos uma tal ou qual suspeita de que pretende subtrahir-se á intervenção da auctoridade que melhor o conhece ou a uma fiscalisação mais rigorosa e experiente.

E as informações officiaes provam quanto são frequentes os casos de passaportes solisitados, obtidos e usados com nomes suppostos, ou que não são os do verdadeiro emigrante, e de quantos ardis se servem os alliciadores para legitimar a saída dos individuos que contrataram, fazendo-os passar por outros que se acham realmente nas condições legaes”, *Emigração. Relatório e projecto de regulamento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 12-13.

todos. Um certo Manuel António Saraiva, das Antas, é também testemunha de quatro deles. Mas o que é inquietante é que este homem, que diz ser jornalista, possui uma assinatura muito semelhante à de um dos requerentes que afirmou ser cozinheiro e deu pelo nome de Manuel António. Este último sabe ler e escrever (apenas um dos outros requerentes é também alfabetizado) e o seu registo não foi testemunhado por Manuel António Saraiva. Seriam a mesma pessoa? Teremos de aceitar, então, a conivência ou o desleixo do secretário que redigiu os termos. Admitamos, contudo, a coincidência. Mas é mais do que improvável a existência de sete cozinheiros numa aldeia do interior desejando todos partir na mesma altura e precisamente para o mesmo local. E por que razão não se dirigiram à sua sede de concelho para a obtenção dos documentos legais? Não é crível, de facto, que estes homens tivessem qualquer formação no domínio das artes culinárias. O facto deve estar relacionado com a preexistência de um contrato de trabalho ou com maior possibilidade de emprego como cozinheiro, profissão que passaria a estar atestada ao figurar no passaporte.

Outra limitação decorrente da fonte utilizada, é a de ser impossível detectar todos aqueles que requeriam o passaporte fora do concelho. E, evidentemente, perceber, ou sequer suspeitar, os montantes atingidos pela emigração clandestina, que tudo indica ter sido sempre elevada.

Os recenseamentos militares⁶, além dos censos de 1890 e 1900⁷, serão também utilizados neste estudo.

2. Pelo menos a partir dos anos 30, e de forma dramática nas últimas décadas, o século XIX português viveu o fenómeno da emigração⁸. Tal fuga deve ser atribuída, por um lado, ao crescente desequilíbrio da estrutura socioeconómica

⁶ AMM, *Livro de recenseamento dos mancebos para o exército, 1890-1896*.

⁷ *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896; *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

⁸ Ver Joel Serrão, *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 27. Além da obra deste autor, é imprescindível a consulta dos vários estudos sobre a temática de autoria de Miriam Halpern Pereira e de Jorge Fernandes Alves. Veja-se também João Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*, Coimbra, 1982, vol. I, tomo II, pp. 571-589, 659-664; Rui Cascão, “Demografia e sociedade” em *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 425-426; Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural...*, pp. 81-114.

portuguesa, que não conseguia responder ao crescimento demográfico, e, por outro, ao apelo do mercado de trabalho brasileiro provocado pela expansão da economia cafeeira, pela extinção da escravatura, pelo investimento em infra-estruturas de comunicação..., ao que se associava uma aguerrida política de imigração adoptada pelos governos do Rio de Janeiro e, ainda, a reprodução espontânea do fenómeno em territorio português⁹.

É claro que a emigração portuguesa não é um caso isolado. Emigrava-se de toda a Europa. Mas se as razões que levam portugueses, italianos, alemães e ingleses a abandonar os seus países podem ser semelhantes - a fuga à miséria -, as causas que determinam as precárias condições de vida de uns e outros são bem diferentes. A Inglaterra ou a Alemanha conheciam já a industrialização. Portugal continuava a mover-se numa economia quase de Antigo Regime. No entanto, a alteração do comportamento demográfico em Portugal era já uma realidade. Assim, tanto os países industrializados da Europa como os não-industrializados dispunham de excedentes de mão-de-obra que buscavam trabalho nos países americanos. Os diferentes condicionalismos causadores da emigração geraram evoluções distintas: se nos países industrializados a emigração contribuiu para desbloquear o mercado de trabalho e consolidar o sistema capitalista, industrial e financeiro, em Portugal, a emigração, atenuando as dificuldades geradas pelo seu sistema económico vetusto, só conseguiu acentuar o seu anacronismo¹⁰.

Até 1855 escasseiam os dados sobre os efectivos da emigração portuguesa, sendo conhecidos depois desse ano. Tudo leva a crer, porém, que 1855 constituiu um máximo de um movimento já há alguns anos iniciado¹¹. A partir dessa altura as saídas decrescem e, até 1865, mais de um quarto dos emigrantes são naturais das ilhas adjacentes. De 1855 a 1857 o contingente nacional diminui de 11.557 para 9.861, continuando a descer até atingir o ponto mais baixo entre 1863 e 1868, com um mínimo de 4.500 saídas no período de guerra que opôs o Brasil e o Paraguai; mas logo a partir de 1869 volta a aumentar, oscilando entre 10.000 e 15.000 efectivos/ano desde 1873 a 1880. Nos anos 80 os contingentes da

⁹ Cf. Minam Halpem Pereira, *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, pp. 15-21; Cecília Maria Westphalen e Altiya Pilatti Balhana, "Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa" em *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio*, org. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpem Pereira, Algés, Fragmentos, 1993, pp. 17-27.

¹⁰ Cf. Joel Serrão, *A emigração...*, pp. 111-115.

¹¹ Joel Serrão, *A emigração...*, pp. 32-33.

emigração variam entre 12.600 (1880) e os 29.400 (1889). Em 1893 pela primeira vez se ultrapassam os 30 mil e, dois anos depois, atinge-se a cifra espantosa de 44.746¹². Em 1896, *terminus* deste estudo, abandonaram o país 27.680 portugueses. Depois, e até ao final da centúria, o êxodo declina regularmente¹³. O período aqui estudado é, pois, o de maior fluxo emigratório oitocentista.

Era o Brasil o destino preferencial da emigração portuguesa. Entre 1855 e 1865 para aí se dirigiram 86% dos emigrantes¹⁴. Em 1870 seriam 84%¹⁵. De 1870 a 1874, só a cidade do Rio de Janeiro absorveu 75% da emigração total. Entre 1872 e 1881 o continente americano recebeu cerca de 130 mil portugueses, enquanto a África atraiu pouco mais de 3.300 e a Ásia apenas 95 indivíduos¹⁶. Na última década do século, o Brasil representa 93% dos destinos dos emigrantes¹⁷.

O volume da emigração preocupava seriamente os governantes portugueses. De facto, deparavam-se com um dilema: por um lado, a ideologia liberal pugnava pela liberdade de movimentos, por outro, atribuíam-se à fuga de braços as piores consequências económicas¹⁸. Essa “sangria” causava grandes preocupações aos proprietários, que viam os salários subir com a diminuição

¹² Miriam Halpern Pereira, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 33.

¹³ Cf. Miriam Halpern Pereira, *Livre-câmbio...*, quadro da pág. 364; Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional I. O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 75-77; ver também Luis Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci, *Emigração e colonização*, Lisboa, Typ. do Annuário Commercial, 1914, p. 63.

¹⁴ Joel Serrão, *A emigração...*, p. 43. Miriam Halpern Pereira aponta para o mesmo período uma percentagem um pouco mais elevada, de 87,3% (*Livre-câmbio...*, p. 34).

¹⁵ Alphonse de Figueiredo, *Le Portugal. Considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume et de ses colonies*, Lisbonne, Lallemand Frères, 1873, *Annexes*, pp. I-II.

¹⁶ Luciano Cordeiro, *Emigração. Relatório...*, p. 88.

¹⁷ Joel Serrão, *A emigração...*, p. 43.

¹⁸ Clamava Thomaz Ribeiro em 1 de Junho de 1891 na Câmara dos Pares:

“Um dos males que n'este momento mais affrontam e sobressaltam Portugal é o agravamento da emigração para paizes estrangeiros.

De facto, senhores, condensa-se o exodo; engrossa a corrente, esgota-se uma parte do reino, da gente laboriosa e válida; ameaça-nos a invasão do pousio e, após elle, a da charneca, sobre regiões ainda hontem florescentes. [...] É livre a emigração. Assim o estatuiu a carta; mas o artigo [145º] que concede a *qualquer pode conservarse, ou sair do reino, como lhe convenha*, acrescenta: “guardados os regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro!”.

Façamos pois os regulamentos policiaes ou reformemos os que existem, e tratemos de salvaguardar os direitos de terceiro. Não têm os poderes do estado outros meios directos, sem faltar á lei fundamental, de minorar ou desviar a corrente da emigração; e estes, na verdade, são poucos e insufficientes; confio, porém, na conveniencia de meios indirectos sem os exagerar” (*Questões sobre emigração. Projecto de lei...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 6-7).

da mão-de-obra, e que não hesitavam em propor, pura e simplesmente, a proibição do êxodo. O Estado começou, portanto, a actuar indirectamente sobre o fluxo emigratorio através de uma legislação que dificultava as saídas, tomando obrigatórios passaportes, taxas, prévio cumprimento do serviço militar ou pagamento de fiança, fiscalização de barcos, etc¹⁹. O objectivo comum a todas essas disposições legais relativas à emigração era estorvá-la. Nunca, porém, de modo directo. Como sublinha Bento Carqueja, medidas directas provocariam consequências políticas imediatas²⁰. Assim, opta-se pela dissuasão, usando uma burocracia onerosa, pela repressão, actuando directamente contra a emigração clandestina²¹, ou, ainda, pela propaganda anti-emigratória, como propunha Thomaz Ribeiro em 1891²². A lei de 1855 impõe penalidades severas aos emigrantes clandestinos, aos capitães de navios que os transportassem e aos que exercessem coacção, violência ou sedução com o objectivo de embarcar alguém ilegalmente. Obrigava ainda à observância de uma série de medidas de higiene e acomodação nas embarcações transportadoras de emigrantes²³. Mas a aplicação destas medidas fiscalizadoras das embarcações foi “materia deploravelmente esquecida”²⁴.

A lei de 7 de Abril de 1863, se bem que suprima a obrigatoriedade de passaporte para as deslocações no interior do país, continua a manter apertadas exigências aos emigrantes²⁵. E em 1877 procurou-se mesmo fomentar a repatriação e canalizar a emigração para a África portuguesa²⁶. Depois deste

¹⁹ Vejam-se os decretos de 15.1.1835 e 3.8.1841, o Código Administrativo de 1842, a lei orgânica de 20.7.1855, a portaria de 16.12.1862, a lei de 31.1.1863, o Regulamento Geral da Polícia de 7.4.1871, o decreto regulamentar de 27.7.1871, as leis de 28.3.1877 e 23.4.1896 e o regulamento de 3.7.1896.

²⁰ *O povo portuguez*, Porto, Lello & Irmão, 1916, p. 431.

²¹ Cf. Miriam Halpem Pereira, *A política portuguesa de emigração...*, pp. 48-58; Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, e.a., 1994, pp. 107-161.

²² *Questões sobre emigração...*, p. 8. Leia-se também Maria Antonieta Cruz, “Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense”, *Revista de História*, 11, Porto, 1991, pp. 185-192; Joaquim da Costa Leite, “A Viagem” em *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 33.

²³ Afonso Costa, *Estudos de Economia...*, p. 163.

²⁴ Luciano Cordeiro, *Emigração. Relatório...*, p. 55.

²⁵ Exigia-se idade mínima, autorização paterna ou marital, isenção de culpas, fiança ao serviço militar e contrato de prestação de serviços. Se o emigrante não possuísse contrato, teria de pagar a passagem e prová-lo mediante apresentação do recibo.

²⁶ Cf. Afonso Costa, *Estudos de Economia...*, p. 164; Miriam Halpem Pereira, *A política portuguesa...*, p. 50.

ano, e até 1895, não foram tomadas quaisquer medidas de fundo. É pois a esse articulado legal que os emigrantes do concelho da Meda aqui em apreço estavam obrigados. Mas, na época, não era fácil apreendê-lo com clareza. Em obra publicada em 1883, Luciano Cordeiro alude constantemente ao estado de confusão legislativa, gerada por leis, decretos e portarias sucessivos, criadores de tais dificuldades que muitos funcionários locais se regiam por leis há muito revogadas. A obrigatoriedade do passaporte nunca é posta em causa, mas se deve ser ou não requerido no distrito de residência já é assunto polémico. A portaria de 9 de Janeiro de 1857, como já referi, obriga à prévia identificação na sede de concelho. Mas que concelho? 22% dos registos que recolhi na Meda eram de indivíduos residentes noutros municípios.

A rede apertada da legalidade só podia provocar o aumento de emigração clandestina. Ora, esses indivíduos que buscavam obter o seu passaporte e/ou identificar-se fora da jurisdição da sua área administrativa, embora não fossem emigrantes clandestinos, pretendiam, muito provavelmente, ludibriar a lei, embarcando, contudo, legalizados²⁷.

Tanto a emigração legal como a clandestina comportavam enormes riscos: os emigrantes tomavam-se, na maioria das vezes, vítimas de contratadores, de agências de viagens ou ainda de gente que, interessada em adquirir os seus pedaços de terra, os induzia a partir. Existiam em Portugal companhias engajadoras ligadas a casas brasileiras, com larga rede de agentes espalhados pelo país²⁸, actuando, por vezes, com a cumplicidade dos próprios tribunais portugueses²⁹. É claro que os emigrantes eram espoliados, pois além de pagarem

²⁷ Outro expediente, usado sobretudo pelos minhotos, era embarcar em Vigo, o que se fazia com o consentimento tácito das autoridades espanholas (Luciano Cordeiro, *Emigração. Relatório...*, pp. 90-91).

²⁸ Ver Miriam Halpem Pereira, *A política portuguesa...*, pp. 21-28; Maria Antonieta Cruz, “Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil, Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX”, *Revista de História*, 7, Porto, 1986-87, pp. 7-134. Em Coimbra, por exemplo, nos anos 1895-1896, existiam pelo menos três agências engajadoras legalizadas (José M. Amado Mendes, “A emigração portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa”, *Revista Portuguesa de História*, 24, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1988, p. 303). Também nesta cidade, em 1888, se anunciavam passagens gratuitas para a província de São Paulo “a todos os trabalhadores do campo com família. E igualmente a mulheres com filhos que lá tragam seus maridos e que se lhes queiram reunir” - cit. por Amado Mendes, *loc. cit.*

²⁹ Segundo um depoimento do administrador do concelho de Mondim da Beira citado por Oliveira Martins (*Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães e C^a Editores, 1956, pp. 12-14). O referido depoimento fornece uma ideia clara da actuação e complexidade dessas redes de engajadores.

preços de viagem exorbitantes, partiam com contratos de trabalho fraudulentos que os tomavam, na prática, escravos da casa contratadora³⁰. Se uma tal rede estendeu os seus tentáculos ao concelho da Meda, ignoro-o e nem as fontes permitem sabê-lo.

3. Em 1890 o concelho da Meda era já constituído pelas 16 freguesias actuais³¹. Era e é uma região predominantemente agrícola que continua a confrontar-se com o problema da saída das suas gentes³². Possui este concelho duas zonas bem demarcadas: a parte Norte oriental, abrangendo as freguesias de Longroiva, Fontelonga, Poço do Canto e parte da Meda, pertencente à região demarcada do Douro, é uma área de agricultura rica, que colhe vinho de qualidade, azeite, amêndoa e fruta; a zona Sul e Ocidental do concelho, já não integrada na Terra Quente, é mais agreste: crescem aí os castanheiros, cultivase o centeio e a batata e o gado caprino representa um importante sustentáculo da sobrevivência. Contudo, podem delimitar-se aqui duas subzonas: A Oeste-Sudoeste as freguesias de Ranhados, Aveloso, Prova, Paipenela e Casteição - todas elas formando a “terra dos serranos”, como lhe chamam em Longroiva - é a mais pobre, fria e de maiores altitudes. Já as freguesias do Sul-Sudeste, isto é, Vale Flor, Carvalhal, Marialva, Barreira, Coriscada e Rabaçal, mais abrigadas, baixas e planas, têm condições menos adversas.

Em 1890 viviam no concelho da Meda 10.683 indivíduos. Teria portanto uma densidade de 37 ha/km³³ (a do distrito era de 45 e a do reino de 55). As povoações mais populosas, acima do milhar, eram a Meda, Ranhados e Poço do Canto. Abaixo dos 500 habitantes só o Aveloso, Paipenela e Carvalhal.

³⁰ Joel Serrão, “Emigração” em *Dicionário de História de Portugal*, II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 23. Para a década de 1860, veja-se Maria Antonieta Cruz, “Agruras dos emigrantes portugueses...”, pp. 42-74 - estudo analítico desses contratos e sua aplicação prática.

³¹ Aveloso, Barreira, Carvalhal, Casteição, Coriscada, Fontelonga, Longroiva, Marialva, Meda, Outeiro de Gatos, Paipenela, Poço do Canto, Prova, Rabaçal, Ranhados e Vale Flor (no século XIX, Vale de Ladrões).

³² Se em 1960 o concelho era povoado por 12.378 pessoas, em 1991 havia apenas 7.440 residentes e, segundo os dados do censo de 2001, tão-só 6.210.

³³ Segundo o censo, a densidade do concelho da Meda seria de 89 ha/km², número espantoso e que se deve ao erro de cálculo da superfície que lhe foi atribuída (120,6 km²). No censo de 1900 regista-se a área concelhia de 298 km². Na realidade é um pouco inferior, rondando os 290 km². E se digo “rondando” é porque, mesmo actualmente, há discrepâncias numéricas nos diferentes censos e documentos oficiais camarários. O erro de medição da área medense em 1890 empolou as áreas dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e de Penedono (a composição destes três concelhos era já em 1890 igual à actual) que nesse ano lhes são atribuídos mais 198,3 km² e 54,4 km² do que em 1900. Devido a esse erro de cálculo, em 1890 averbou-se a Foz Côa a densidade de 22 ha/ km².



Figura 1-0 *concelho da Meda e as sedes dos concelhos vizinhos*

Quadro 1 - A população do concelho da Meda em 1890 e 1900

Freguesia	População em 1890	Densidade em 1890	População em 1900	Densidade em 1900
Aveloso	420	56	434	58
Barreira	592	23	655	26
Carvalhal	317	27	351	30
Casteiçã	736	57	744	58
Coriscada	533	21	562	22
Fontelonga	582	58	590	59
Longroiva	727	18	983	24
Marialva	567	30	684	36
Meda	1344	48	1662	60
Outeiro de Gatos	660	51	705	54
Paipenela	370	63	375	64
Poço do Canto	1015	63	1192	73
Prova	516	37	578	41
Rabaçal	528	39	592	44
Ranhados	1106	43	1213	48
Vale de Ladrões	670	40	755	45
Total	10683	37	12075	42

Entre os dois censos, a população concelhia registou um aumento de 1392 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de crescimento real de 13%. É um crescimento elevado, superior ao do reino (7,4%) ao do continente (7,6%) e ao do distrito (4,6%). Superior ainda ao dos concelhos limítrofes, pois em Penedono foi apenas de 1,7%, em Trancoso de 2,5%, em Pinhel de 6,5% e em Foz Côa de 8,2%.

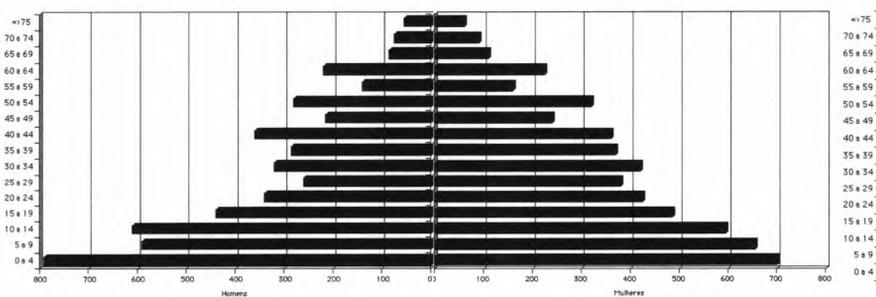
As freguesias mais densamente povoadas eram, em 1890, Paipenela, Poço do Canto, Fontelonga, Casteiçã e Aveloso. A primeira, terceira e quarta dificilmente poderiam suportar tais densidades.

À excepção de Longroiva, as freguesias que apresentam densidades abaixo da média concelhia não são inesperadas: Marialva, Barreira e Coriscada, em

zona de planalto de cultura extensiva de cereal, e o Carvalhal, implantado em solo muito pobre. Quanto a Longroiva, é estranho o seu posicionamento no fundo da escala, pois tem condições agrícolas muito mais favoráveis, permitindo uma maior densidade. É possível que em 1890 tenha havido sub-registo da população longroivense, pois entre esse ano e 1900 verifica-se nesta freguesia um crescimento demográfico anormalmente elevado (35,2%), mas há outro cenário plausível. É que só nos finais de Oitocentos e inícios da centúria seguinte a fértil e extensa veiga de Longroiva (o seu famoso *graben*) teria sido ocupada pelos vinhedos. Até então seria zona de pastos³⁴. A plantação de vinhas, cuja manutenção exige mão-de-obra abundante, pode explicar o surto populacional verificado em Longroiva. De facto, o crescimento da viticultura no concelho em finais de Oitocentos é uma realidade. Se em 1862, 1868 e 1869 a média anual da produção de vinho se cifrava em 3.000 hectolitros e no ano de 1873 em 4.200, em 1882 produziram-se já 16.800 hectolitros. Em 1884-1885, em consequência da filoxera, sofre uma quebra acentuada (com produções anuais de 1.200 e 5.600 hl), mas recupera rapidamente. Em 1892 o concelho da Meda produz 28.300 hectolitros de vinho, ocupando a 6ª posição entre os 21 municípios da região alto-duriense, só suplantado por Alijó, Lamego, Peso da Régua, Stª Marta de Penaguião e Vila Real³⁵.

Mas continuemos com a análise da população concelhia.

Gráfico 1 - Pirâmide de idades do concelho da Meda em 1890



³⁴ Adriano Vasco Rodrigues, *Terras da Meda. Natureza e cultura (monografia)*, Meda, Câmara Municipal da Meda, 1983, p. 159.

³⁵ Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional”, *Análise Social*, 112-113, Lisboa, 1991, pp. 658, 676, 687.

É bastante peculiar a distribuição de idades em 1890. A partir dos 40 anos os dois sexos mantêm um comportamento semelhante, não se evidenciando a tradicional quebra do sexo masculino nas idades mais avançadas. E, se exceptuamos a classe de 5-9 anos, onde se reflecte a maior mortalidade dos primeiros anos masculinos, os dois sexos mantêm até aos 20 anos comportamentos idênticos. É dos 20 (ou um pouco antes) aos 39 que o sexo masculino apresenta uma falha, o que parece demonstrar que a emigração produzia já os seus efeitos nesse ano de 1890. A população concelhia era muito jovem, pois os indivíduos com menos de 20 anos constituíam 46% da população³⁶.

Não era grande a dimensão das famílias no concelho da Meda. Os agregados familiares compostos por 3 pessoas, a dimensão mais frequente, representavam 19,3%. Depois, em frequência, vinham as famílias com duas pessoas (18,6%) e com quatro (16,4%). No território nacional essas três dimensões englobavam, respectivamente, 17,9%, 17,4% e 16,1% do total das famílias portuguesas recenseadas. Os isolados representavam na Meda 13,6% e no país 11,6%. Os agregados familiares formados por mais de 4 elementos atingem sempre neste município proporções menores do que as nacionais: com 5 pessoas havia 12,3% no concelho e 13% no país, com 6 eram respectivamente 8,7% e 9,7% e, com 7 ou mais, apenas 11,1% na Meda e 14,2% em Portugal. Não é possível determinar a dimensão média das famílias porque o censo não discrimina o tamanho dos agregados com mais de 6 pessoas.

Quanto aos índices de ilegitimidade, apenas posso adiantar que o *Livro do Recenseamento dos mancebos para o exército* (1890-1896) revela a existência de uma ilegitimidade elevada: 12% dos mancebos recenseados haviam nascido fora do casamento e 1,5% eram expostos.

Segundo o censo de 1890, 77,1% dos homens e 93,8% das mulheres do concelho eram analfabetos. A situação é pior do que a do distrito, com 73,3% dos homens e 91,4% das mulheres não alfabetizados. Apenas na Meda e em Ranhados as mulheres analfabetas conseguem descer dos 90%: 81,3% na primeira e 89,3% na segunda freguesia. No sexo masculino os melhores resultados encontram-se no Aveloso com 34,2% de homens alfabetizados. No

³⁶ A fórmula consagrada para a determinação do estado etário de uma população é a divisão do número de pessoas com mais de 60 anos pelo número de pessoas com menos de 20 anos. Sempre que o resultado é inferior à unidade, estamos perante uma população jovem. O resultado obtido na Meda de 1890 é de 0,2.

conjunto da população, só na sede do concelho um quarto da população sabe ler e escrever (25,4%). Segue-se o Aveloso com 19,5%, Outeiro de Gatos com 17%, Poço do Canto com 16,1% e Ranhados com 15,1%. Os piores resultados encontram-se nas freguesias de Carvalhal com 3,8%, Paipenela com 5,4%, Prova com 6,6% e Barreira com 8,6%. As restantes situam-se entre 10,7% e 13,6%.

A feição predominantemente agrícola do concelho ressalta da repartição profissional revelada pelo censo de 1890: 80% da população vive ocupada na agricultura. Exceptuando a indústria, que engloba 12% e que deveria ser de transformação artesanal de produtos agrícolas (farinhas, pão, azeite, vinho), nenhuma das outras actividades alcança os 4%.

Quadro 2 - Distribuição ocupacional no concelho da Meda em 1890

Actividade	N⁰⁸. absolutos	%
Trabalhos agrícolas	8523	79,78
Indústria	1323	12,38
Comércio	363	3,40
Profissão liberal	196	1,83
Improdutivo ou desconhecido	157	1,47
Transportes	39	0,37
Administração pública	35	0,33
Trabalhos domésticos	25	0,23
Segurança pública	20	0,19
Exclusivamente dos rendimentos	2	0,02
Total	10683	100

O sector primário engloba 81% da população activa, o secundário 13% e o terciário 6%. Vitorino Magalhães Godinho, utilizando o mesmo censo, afirma que os “ocupados na agricultura” representam 61,1% da população activa e as pessoas da indústria 19,4%³⁷. O concelho da Meda consegue acentuar em 20%

³⁷ *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977, pp. 144-145.

o peso agrícola. Mas qual o significado social deste peso agrícola? Isto é, o que eram, de facto, essas pessoas ocupadas em trabalhos agrícolas? Possuidores de terra? Assalariados? Proprietários/jomaleiros? Impossível sabê-lo através do censo. Servi-me, pois, uma vez mais, dos recenseamentos militares³⁸.

Quadro 3 - Distribuição profissional dos mancebos do concelho da Meda (1890-96)

Profissão	N ^o s. abs.	%
Jornaleiros	481	58,0%
Artífices	84	10,1%
Proprietários	72	8,7%
Pastores	64	7,7%
Lavradores	49	5,9%
Criados	43	5,2%
Caixeiros	13	1,6%
Estudantes	12	1,4%
Militares	4	0,5%
Marítimos	2	0,2%
Professores	2	0,2%
“Cigano”	1	0,1%
Farmacêutico	1	0,1%
Negociante	1	0,1%
Taberneiro	1	0,1%
Total	830	100,0%

³⁸ É evidente, que devido à juventude dos recenseados (20/21 anos), esta fonte não é a mais indicada para o conhecimento das profissões masculinas do concelho, mas não encontrei outra documentação que permitisse fazer a distribuição ocupacional da população. Trata-se, pois, de uma mera aproximação.

O operariado agrícola, composto por jornaleiros, criados e certamente também pelos pastores, constituía 71 % do universo.

Deparamo-nos, pois, com um concelho altamente ruralizado, suportando uma grande massa de assalariados agrícolas, um índice de analfabetismo feminino ultrapassando os 90%³⁹, uma elevada proporção de pessoas nascidas fora do casamento, uma população crescendo a um ritmo acelerado e, como veremos agora, expulsando gente para o exterior em percentagens superiores às do distrito e do país.

4. Os autores são unânimes ao datar os primeiros contingentes importantes de emigrantes provenientes do distrito da Guarda dos dois últimos decénios do século XIX⁴⁰. Assim sendo, os anos aqui estudados são uma época charneira. Lembremo-nos que a conjuntura a favorecia: as já referidas necessidades prementes de mão-de-obra no Brasil, a vulgarização da navegação a vapor com capacidade para transportar muitos mais passageiros e implicando viagens mais rápidas e seguras, embora não necessariamente mais baratas⁴¹, a facilidade de contactos permitida pelo aperfeiçoamento do envio de correspondência⁴², a recente ligação ao litoral através da via férrea (pela linha da Beira Alta em 1882 e pela linha do Douro em 1887⁴³), a crise da filoxera nos primeiros anos 80... Todos estes factores se conjugaram na mesma época, possibilitando o arranque de um movimento que será de longa duração.

Entre Abril de 1889 e Outubro de 1896 requereram-se na administração do concelho da Meda, para efeitos de emigração, 420 termos de identidade que dizem respeito a 712 pessoas, 555 residentes no concelho e 157 provenientes de outros.

³⁹ O melhor índice de alfabetização de uma população é, precisamente, a percentagem de mulheres alfabetizadas (cf. Alfred Sauvy, *A população*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 86),

⁴⁰ Entre 1866 e 1877 os emigrantes do distrito da Guarda não chegam a atingir a média anual de 50 indivíduos. Nesses mesmos anos registaram-se as médias de 3.072 no distrito de Portalegre, 1.183 no de Braga e 1.134 no de Aveiro. Entre 1878 e 1890, a média anual do distrito da Guarda situava-se já no escalão dos 200-500 e entre 1891 e 1900, com uma média compreendida entre 500 a 1000, a Guarda registou o maior acréscimo da emigração (João Evangelista, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1971, p. 94).

⁴¹ Joel Serrão, *A emigração...*, p. 47; Joaquim da Costa Leite, “A Viagem”, p. 31.

⁴² Joaquim da Costa Leite, “A Viagem”, p. 34. Em 1890 chegaram a Portugal, provenientes do Brasil, 600 mil cartas e postais (*idem*, p. 33).

⁴³ Joel Serrão, “Caminhos de Ferro” em *Dicionário de História de Portugal*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 450.

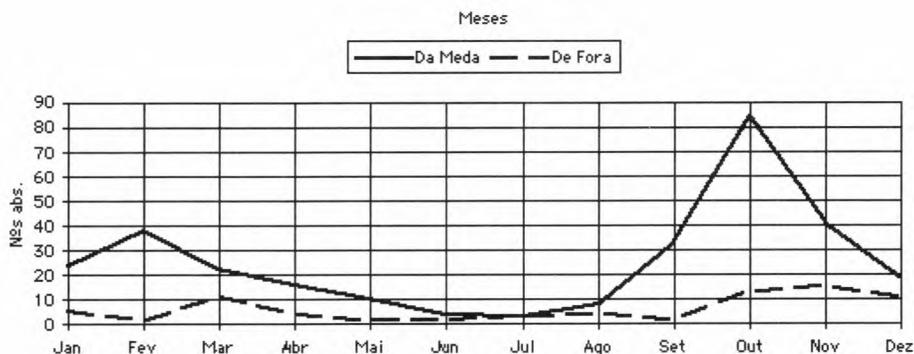
A emigração aumenta progressivamente, mas verifica-se que depois de um ano com elevado número de saídas se segue outro de baixa. Esta cadência deve-se apenas aos emigrantes medenses, pois os indivíduos alienígenas obedecem a um ritmo regular de subida.

Quadro 4 - Distribuição anual dos requerentes

	1889 (inc.)	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896 (inc.)	Total
Da Meda	20	98	55	107	66	115	82	12	555
De fora		5	5	12	14	31	49	41	157
Total	20	103	60	119	80	146	131	53	712

Os requerimentos dos medenses eram solicitados maioritariamente em Outubro (28%), seguindo-se Novembro com apenas metade dos requerentes (14%), Fevereiro (13%) e Setembro (11%). Cava-se um fosso notório nos fins da Primavera e no Verão: Junho e Julho, ambos com 1%, Maio e Agosto com 3%. Os pedidos de identificação das pessoas estranhas ao concelho seguem um ritmo anual diferente e menos contrastado: atingem o máximo em Novembro (20%) e Outubro (18%) e os mínimos em Fevereiro, Maio, Junho e Setembro, todos com 3%.

Gráfico 2 - Movimento mensal dos requerimentos (1890-95)



O êxodo do Outono explicar-se-á pelas reservas monetárias amealhadas para a viagem depois da grande labuta da vindima e, na parte *quente* do concelho, da não menos árdua tarefa de varejar e apanhar a amêndoa? O reanimar do movimento em Janeiro/Fevereiro pelas novas possibilidades geradas pelo trabalho da azeitona? O fosso da Primavera/Verão pelas conhecidas dificuldades do período da soldadura? Afigura-se que estas gentes se preparavam para a grande aventura aproveitando ao máximo, antes da partida, as possibilidades de ganhos proporcionados pelo ritmo agrícola. Depois das segadas, malhadas e desfolhadas, da apanha e brita da amêndoa e da colheita e pisadura das uvas ou, noutros casos, só depois da azáfama da azeitona, teriam reunido o pecúlio necessário.

Utilizando as informações dos censos de 1890 e 1900, é possível avaliar o peso da emigração relativamente à população do concelho. Tratarei, pois, apenas os emigrantes com residência no concelho da Meda. Eis as taxas de emigração encontradas⁴⁴:

Quadro 5 - Taxas de emigração do concelho da Meda

Ano	Taxa (%)
1890	9,2
1891	5,1
1892	9,8
1893	5,9
1894	10,2
1895	7,2
1890-95	7,9

Utilizando os quantitativos coligidos e calculados por Maria Ioannis Baganha⁴⁵, entre 1890 e 1895, a taxa de emigração legal no país teria sido de 5,7%, muito inferior à do concelho da Meda.

No ano de 1890, segundo os dados de Bento Carqueja (29.517 emigrantes), a taxa de emigração nacional (continente e ilhas adjacentes) seria de 5,8%⁴⁶.

⁴⁴ Foi calculada a população anual através do crescimento médio anual, considerado constante, e a população média nos 6 anos.

⁴⁵ “Uma imagem desfocada - a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”, *Análise Social* 112-113, Lisboa, 1991, p. 736.

⁴⁶ *O povo português*, p. 394.

Se se adoptarem as cifras de Joel Serrão (20.614 saídas) essa taxa seria tão-só de 4,1‰. Os efectivos apontados por Afonso Costa⁴⁷ e por Luís Schwalbach Lucci (29.421)⁴⁸ são muito próximos dos de Bento Carqueja, o que corresponde à mesma taxa de 5,8‰. Em 1889 teriam emigrado do territorio continental 15.592 pessoas, isto é, 3,3‰ da população⁴⁹. Para o distrito do Porto, sabe-se que em 1890 esse valor é de 3,7‰ e que o concelho que mais afectado foi pela emigração, Vila do Conde, atinge a permilagem de 6,5⁵⁰. A taxa de emigração do concelho da Meda é, pois, inesperadamente elevada, sobretudo tendo em conta a região em que se insere. Recorde-se que, para estes anos, se atribui ao distrito da Guarda uma emigração de valores medianos⁵¹.

Calculou-se que em 1896-98 a taxa de emigração seria neste distrito de 4,4‰, muito inferior às dos distritos de Vila Real (7,9‰), Aveiro (7,5‰), Viseu (6,5‰), Coimbra (6‰) ou Porto (5,7‰) e um pouco mais baixa ainda do que a registada para o distrito de Bragança (4,9‰)⁵². É provável que os números atribuídos ao distrito da Guarda necessitem ser revistos, mas é também perfeitamente possível que o concelho da Meda se destaque fortemente no seu distrito, aproximando-se dos comportamento populacionais adoptados nas regiões vizinhas, zonas com as quais, aliás, tem muitas afinidades⁵³. É possível também, como já referi, que a crise da viticultura, breve no tempo, mas muito aguda, tenha provocado o avolumar da corrente emigratoria. Uma tal permilagem nos anos 90 faz crer que, neste concelho, o fenómeno já não era recente.

E, contudo, apesar do êxodo, esta população realizou um crescimento real superior ao do país. Não sendo provável que aí se registasse uma forte corrente imigratória, há que concluir que o crescimento natural desta região era extremamente elevado.

Os requerentes vindos do exteriores ao concelho provêm de 22 freguesias pertencentes a 7 concelhos diferentes. Penedono destaca-se nitidamente com

⁴⁷ *Estudos de Economia...*, p. 77.

⁴⁸ *Emigração e colonização*, p. 63.

⁴⁹ José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Páginas avulsas*, Porto, Livraria Chardron, 1906, p.171.

⁵⁰ Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros...*, p. 235.

⁵¹ Ver João Evangelista, *Um século de população...*, pp. 97 e 110.

⁵² Bento Carqueja, *O povo portuguez*, p. 388.

⁵³ Não é por acaso que decorre actualmente (ano de 2001) um movimento a favor da criação do distrito de Lamego, a ser constituído por doze concelhos do Douro Sul, dez do distrito de Viseu e dois do distrito da Guarda: Foz Côa e Meda.

120 pessoas vindas de toda a sua área (só uma freguesia está ausente) e com particular incidência das freguesias de Antas, com 43 emigrantes que representam 27,4% dos requerentes exteriores ao concelho da Meda, e de Ourozinho com 33 indivíduos. Os outros concelhos são, por ordem decrescente, Vila Nova de Foz Côa (14 requerentes vindos de 5 freguesias), Trancoso (10 pessoas de 4 freguesias), S. João da Pesqueira (5 pessoas todas da mesma freguesia), Moimenta da Beira (4 pessoas de uma freguesia), Semancelhe (3 pessoas de 2 freguesias) e Pinhel (1 pessoa).

Quanto aos emigrantes do concelho da Meda, é a seguinte a sua proveniência:

Quadro 6 - Residência dos emigrantes do concelho da Meda

Freguesia	Pessoas	Percentagens
Prova	86	15,5%
Paipenela	80	14,4%
Casteição	72	13%
Marialva	57	10,3%
Barreira	42	7,6%
Aveloso	41	7,4%
Vale de Ladrões	36	6,5%
Carvalhal	28	5%
Poço do Canto	23	4,1%
Rabaçal	20	3,6%
Coriscada	19	3,4%
Longroiva	17	3,1%
Fontelonga	14	2,5%
Meda	8	1,4%
Outeiro de Gatos	7	1,3%
Ranhados	5	0,9%
Total	555	100%

Os números absolutos, se bem que forneçam uma primeira aproximação, não transmitem o significado do fluxo emigratório porque não relacionado com a população. Mas, se utilizarmos os elementos fornecidos pelos censos de 1890 e 1900, encontramos as seguintes taxas de emigração média (TEM) por freguesia:

Quadro 7 - Taxas de emigração por freguesias

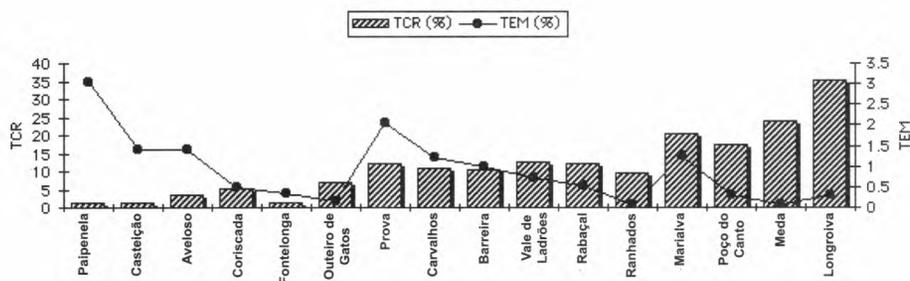
Freguesia	TEM (%e)
Paipenela	30,6
Prova	20,7
Casteição	14
Aveloso	13,9
Marialva	12,6
Carvalhal	12,2
Barreira	9,8
Vale de Ladrões	7,3
Rabaçal	5,3
Coriscada	5
Fontelonga	3,4
Poço do Canto	3,1
Longroiva	3
Outeiro de Gatos	1,5
Meda	0,8
Ranhados	0,6
Total	9

Era, claramente, das freguesias com piores condições agrícolas que saía mais gente e a sua população foi seriamente afectada pelo fenómeno emigratorio. Por sua vez, no fundo da tabela apresentada encontram-se as áreas mais favorecidas. Com uma excepção: Ranhados. Mas esta aldeia fica muito mais próxima da vila de Penedono do que da sua sede de concelho. Os limites da freguesia (onde se situa, aliás, o importante povoado de Alcarva) quase tocam essa vila. Sendo assim, é natural que grande parte dos emigrantes de Ranhados requeresse a sua identificação em Penedono. O mesmo factor de proximidade geográfica de outras sedes de concelho terá também actuado em Casteição e no Rabaçal, ambas a meio caminho entre a Meda e Trancoso e ainda na Prova, cuja distância que a separa de Penedono não é muito superior à que a distancia da Meda.

Se observarmos as taxas de crescimento real da população (TCR) entre 1890 e 1900, distinguem-se freguesias com uma alta TCR, superior à concelhia,

uma mediana, rondando os valores do concelho, e uma baixa, nitidamente inferior à TCR à do concelho. Distinguem-se também taxas de emigração média altas, medianas e baixas, utilizando os mesmo critérios. Confrontando as taxas de crescimento e as de emigração, as freguesias ficam agrupadas em oito tipos de comportamento demográfico.

Gráfico 3 - Taxas de crescimento real e taxas de emigração por freguesias



Nas freguesias de Paipenela, Casteição e Aveloso e, em sentido contrário, no Poço do Canto, Meda e Longroiva⁵⁴, parece existir uma relação entre emigração e evolução demográfica. No primeiro tipo, a elevada emigração terá refreado o crescimento populacional, enquanto no segundo uma fraca emigração (aliada e explicada pelos recursos naturais) possibilitou um elevado crescimento demográfico. A Prova e o Carvalhal, apesar de possuírem uma emigração não desprezível, conseguem ter uma TCR bastante elevada, embora não comparável à que se regista noutras paróquias, o que leva a crer ter sido a sua população, apesar de tudo, afectada pela emigração. Marialva é caso único: com uma forte emigração, realiza um dos mais altos crescimentos populacionais. As restantes freguesias, embora não tenham sido grandemente desfalcadas pela emigração, não crescem muito.

É evidente que não se pretende explicar o comportamento demográfico do concelho exclusivamente pela emigração legal e recenseada na Meda. Quantos não teriam ido requerer os seus termos de identidade às vilas vizinhas de Penedono, Trancoso e Foz Côa? Desconheço os fluxos campo-cidade, numa

⁵⁴ Longroiva regista o mencionado crescimento populacional excessivo, cuja anomalia tentei atrás explicar.

altura em que a atracção urbana se avolumava. Nada sei, também, sobre emigração com destino europeu. Numa zona que dista, em linha recta, apenas 30 km da fronteira, natural seria que também ela existisse no concelho da Meda.

5. Os emigrantes do sexo masculino com mais de 20 anos (329 casos) tinham a estatura média de 1 metro e 64 cm, indo de 1,48 a 1,76. Segundo os dados de Bento Carqueja (1916), a altura média dos portugueses seria de 1 metro e 645 milímetros e, na região de Trás-os-Montes, de 1.635⁵⁵. As identificações passadas na Administração da Meda integram-se nesse padrão (em milímetros, a estatura dos requerentes era de 1.644). Sabe-se que no distrito da Guarda, em 1889, 9,7% dos mancebos recenseados para o apuramento militar não atingiam a altura mínima requerida, que era de 1,50m para a marinha e de 1,54m para o exército⁵⁶. Entre os emigrantes aqui analisados 10,3% mediam menos de 1,54m. Quanto às mulheres (55 casos), cresciam em média 1,50m, mas 36,4% não atingiam essa medida. A estatura mínima encontrada é 1,40 e a máxima de 1,62m.

A documentação utilizada refere a filiação de 388 requerentes. Nos residentes no concelho da Meda, 91,3% haviam nascido dentro do casamento, 7% eram ilegítimos e 1,7% expostos. Considerando estes como filhos naturais, temos, portanto, uma ilegitimidade de 9%, inferior à taxa encontrada entre os mancebos recenseados (14%, recorde-se). Os valores registados entre os emigrantes de concelhos estranhos são semelhantes: 8,9% são de filiação ilegítima. Não há enjeitados, ou, pelo menos, não se declaram como tal.

A alfabetização dos homens é esclarecida pela fonte (ignoram-se apenas 4 casos). Em contrapartida, no sexo feminino as lacunas são inúmeras, pois a informação só é prestada para 52% das emigrantes. No sexo masculino adulto o analfabetismo atinge os 74,6%, sendo um pouco inferior se se considerarem só os homens do concelho: 74,1%, o que corresponde aos níveis de analfabetização encontrados pelo censo de 1890 e que são de 74,4% considerando apenas os homens com idades superiores a 15 anos. Os dados recolhidos pelo censo de

⁵⁵ *O povo português*, p. 42.

⁵⁶ Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, “Liturgia higienista no século XIX. Pistas para um estudo”, *Revista de História das Ideias*, 15, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1993, p. 514. É provável que à idade do apuramento militar os jovens ainda não tivessem terminado o processo de crescimento, pois a altura média de 101 mancebos, examinados no concelho da Meda no ano de 1892, é de 1,59m.

1890 indicam ainda que as mulheres, dos mesmos escalões etários, atingiam a percentagem de 94,3 de analfabetismo. Entre as emigrantes da Meda nenhuma sabe ler e escrever e no total das requerentes apenas uma consegue fazê-lo. Era natural da freguesia de Póvoa de Penedono. Esta mulher, note-se, é uma das duas únicas proprietárias que pretende emigrar.

Os jornaleiros constituem 84% dos emigrantes masculinos (há apenas 14 com profissão omitida) e, entre os da Meda, 86%. Nos mancebos recenseados para o exército essa ocupação englobava 59% da população activa. Assim sendo, é muito mais elevada nas populações que partem, onde o conjunto dos assalariados agrícolas atinge os 85 a 87% das profissões masculinas, alcançando entre os naturais do concelho os 87 ou mesmo 90%⁵⁷. O sector primário ocupa 93% dos emigrantes. De referir a ausência de pastores e criados de servir, profissões que representam, entre os mancebos recenseados, 8% e 5%. Explicar-se-á esta ausência pelo facto de esses homens estarem adstritos a uma casa agrícola, muito mais imunizados, portanto, às contingências da sobrevivência quotidiana? Ou, pelo contrário, não emigram por lhes ser totalmente impossível reunir a quantia necessária para o pagamento da viagem?

Os emigrantes ocupados no sector secundário (artífices) são apenas 20 (6%) e o terciário (2 negociantes, um caixeiro e um escrevente) alimenta tão-só 1%. Acentua-se, pois, nos emigrantes, a componente agrícola e assalariada já elevadíssima no concelho. No sexo feminino atinge valores ainda mais altos. No total das mulheres com profissão identificada, as jomaleiras constituem 90%.

Se os emigrantes são, na sua quase totalidade, operários agrícolas, não quer dizer que todos eles vivessem exclusivamente do seu salário. Trata-se de uma região de micro-propriedade e sê-lo-ia ainda mais acentuadamente na época. Como salienta Villaverde Cabral, a emigração foi frequentemente um meio que permitiu a expropriação das terras camponesas, ínfimas parcelas de terreno que não permitiam assegurar a subsistência do agregado familiar. Se, por vezes, estas se mantiveram artificialmente graças às remessas dos emigrados, “a emigração esconde, na sua complexidade, a lenta mas segura expropriação do campesinato pobre!”⁵⁸. Foi, certamente, o que sucedeu na Meda. É que o êxodo

⁵⁷ Nesta região chama-se lavrador ao jornaleiro que se encarrega de lavar. Há 7 homens assim identificados, todos do concelho da Meda. As duas percentagens apontadas são o resultado da sua inclusão ou exclusão do salariado agrícola.

⁵⁸ Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 304.

de famílias completas e de mulheres que vão reunir-se aos maridos, isto é, o corte total das raízes, é muito significativo neste concelho.

A percentagem de emigrantes do sexo feminino é de 34%, largamente superior à que tem sido atribuída para a emigração nacional na última década de Oitocentos, entre os 20 e os 28%⁵⁹. Considerando só os adultos⁶⁰, o sexo feminino representa 29,5%. As crianças atingem os 30%, sendo a sua proporção inferior entre os emigrantes de fora do concelho (28%).

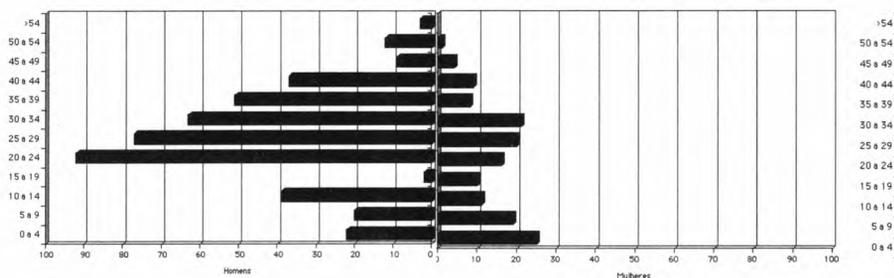
Os homens emigram mais entre os 20 e os 29 anos (40%), continuando a fazê-lo em grandes proporções até aos 44⁶¹. Não se verifica nas mulheres a maior incidência dos 20-24 anos, pois excluindo as emigrantes com menos de 10 anos (que atingem os 30%), as mulheres saem com maior frequência entre os 25 e os 34 anos (29%). É natural que isto aconteça porque as mulheres que se vão juntar aos maridos já instalados no novo país representam 19% das emigrantes adultas.

⁵⁹ João Evangelista afirma que, de 1879 a 1890, o sexo feminino não ultrapassa os 12,4% do total da emigração e que de 1891 a 1900 rondou os 20% (*Um século de população...*, p. 125). Estes valores são adoptados por Joel Serrão (*A emigração...*, p. 124), mas Afonso Costa escrevera que se até 1876 as mulheres não excediam os 11%, a sua proporção aumenta a partir de 1889, alcançando os 35 a 40% antes de 1911 (*Estudos de Economia...*, p. 83). Segundo os quantitativos de Rodrigues de Freitas, em 1889 essa percentagem seria de 23% englobando as ilhas, mas apenas de 16,4% entre os emigrantes do continente (*Páginas avulsas*, p. 171). Miriam Halpem Pereira calcula que nos anos 90 a emigração feminina subira aos 26% (“Liberdade e contenção na emigração portuguesa, 1850-1930”, em *Emigração/Imigração...*, p. 13), mas de 1892 a 1916 o sexo feminino representava bastante menos nos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova: respectivamente 21%, 22% e 14% (Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural...*, p. 100). No distrito do Porto, ao virar do século, entre os emigrantes que do Porto saíam para o Brasil, as mulheres atingiam já os 28% (Jorge Alves, “Lógicas migratórias no Porto oitocentista” em *Emigração/Imigração...*, p. 84).

⁶⁰ Apesar de se adoptar, em outros trabalhos, os 14 anos como o início da idade adulta, preferi adiantar dois anos a esse limite e considerar crianças (rapazes e raparigas) todos os indivíduos com menos de 16 anos. Fi-lo para uniformizar os sexos. Mais a mais, 16 anos é a idade mínima encontrada entre as mulheres casadas.

⁶¹ Nem sempre a fonte elucida a idade dos emigrantes, o que acontece sobretudo nas mulheres. Posso os dados etários de 90% do sexo masculino e 60% do feminino.

Gráfico 4 - Pirâmide de idades dos emigrantes



O sexo, a idade e o estado conjugal dos emigrantes são decisivos na opção entre partir ou não em grupo familiar. Os homens adultos seguem em maior número isolados (68%). Considerei *isolado* (ou *solitário*) aquele que vai só e estará só, isto é, não vai reunir-se à sua família nuclear. Chamei *emigração familiar* ao êxodo de famílias nucleares e ao movimento de reunião familiar. A emigração familiar é, na Meda, a que engloba maior número de pessoas: 446, isto é, 63%.

Quadro 8 - Emigração solitária e familiar

	Do concelho da Meda		De outros concelhos		Total	
	Solitária	Familiar	Solitária	Familiar	Solitária	Familiar
Homens	182	88	56	25	238	113
Mulheres	9	106	2	30	11	136
Rapazes	15	82	1	21	16	103
Raparigas		73	1	21	1	94
Total	206	349	60	97	266	446
Homens	67,4%	32,6%	69,1%	30,9%	67,8%	32,2%
Mulheres	7,8%	92,2%	6,3%	93,8%	7,5%	92,5%
Rapazes	15,5%	84,5%	4,5%	95,5%	13,4%	86,6%
Raparigas	0,0%	100,0%	4,5%	95,5%	1,1%	98,9%
Total	37,1%	62,9%	38,2%	61,8%	37,4%	62,6%

Entre os que partem sós, 48% são casados, 47% solteiros e 3% viúvos. O facto de deixarem mulher e possivelmente filhos no país de origem não impede a partida. As bocas a alimentar são até uma poderosa motivação. Apenas um homem solteiro sai em família porque emigra com o pai, já viúvo e idoso. 16% dos rapazes do concelho da Meda partiam sozinhos, sem rede familiar de apoio no país de destino. Entre os de fora há apenas um rapaz.

Se as mulheres emigram em elevada proporção, fazem-no, como seria de esperar, quase exclusivamente em grupo familiar. O sexo feminino adulto emigra agrupado em 93% das situações (92% das medenses e 94% das de fora). Ser-se mulher é condição impeditiva de se emigrar isoladamente. O facto reflecte-se na distribuição dos estados conjugais, pois enquanto os homens solteiros são 32,2%, as mulheres são apenas 9,5%. O estado conjugal é, de facto, determinante na emigração feminina.

Quadro 9 - Situação conjugal dos adultos requerentes

Estado conjugal	Homens	Mulheres
Casados	218	125
Solteiros	113	14
Viúvos	12	4
Não referido	8	4

O nível etário, como é natural, condiciona fortemente a emigração, mas, mesmo assim, 8% das crianças emigrantes fazem-no isoladamente (não esquecer que considero isolado aquele que vai só e não tem à sua espera a família nuclear), percentagem semelhante à das mulheres adultas. As raparigas, que associam o sexo e a idade a impedir-lhes a partida isolada, saem em família. Apenas uma, vinda de Santa Comba (concelho de Foz Côa), jomaleira de 13 anos de idade, vai para Santos desacompanhada de parentes em 1º grau.

São quatro os tipos de grupos familiares que saem por sua conta e risco, isto é, os que não vão reunir-se a um familiar em 1º grau previamente instalado: casal, casal com filho(s), pai com filho(s), mãe com filho(s). Num 5º tipo agrupei todos os que vão para junto de membros da família nuclear e que é geralmente constituído por mulher com ou sem filhos que parte para junto do marido.

Quadro 10 - Tipologia dos grupos familiares

Tipologia	Do concelho da Meda		De outros concelhos		Total	
	Grupos	Pessoas	Grupos	Pessoas	Grupos	Pessoas
Casal	26	52	9	18	35	70
Casal com filho(s)	51	197	10	38	61	235
Homem com filho(s)	10	24	6	15	16	39
Mulher com filho(s)	6	15	1	2	7	17
Familiares de emigrados	23	61	9	24	32	85
Total	116	349	35	97	151	446
Casal	22,4%	14,9%	25,7%	18,6%	23,2%	15,7%
Casal com filho(s)	44,0%	56,4%	28,6%	39,2%	40,4%	52,7%
Homem com filho(s)	8,6%	6,9%	17,1%	15,5%	10,6%	8,7%
Mulher com filho(s)	5,2%	4,3%	2,9%	2,1%	4,6%	3,8%
Familiares de emigrados	19,8%	17,5%	25,7%	24,7%	21,2%	19,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

O grupo mais vulgar é o casal com filho(s) e o menos frequente é a mulher com filhos, pois estas são sempre mães solteiras ou viúvas, pertencendo as casadas aos casais ou aos “familiares”. No total, 39% dos adultos partem em companhia do cônjuge.

Verifica-se que se a emigração é, à partida, um factor de desagregação das famílias, apesar de tudo consegue-se, em grande parte, mantê-las unidas: 44% dos adultos não vêem os seus lares desfeitos ou vão reconstituí-los no estrangeiro. Considerando adultos e crianças, 55 em cada 100 pessoas partem em família completa ou vão reagrupar o núcleo. Estes números, embora referentes a uma micro-região, corroboram as conclusões de Miriam Halpem Pereira, segundo a qual este tipo de emigração, de partida em família ou de reunião familiar, é já significativa “desde a segunda metade da década de 80, vinte e cinco anos mais cedo do que se afirmava até agora, o que a meu ver aponta para raízes ainda mais antigas deste tipo de emigração, que só em pesquisas de âmbito local se poderão detectar”⁶².

⁶² “Liberdade e contenção na emigração portuguesa (1850-1930)”, em *Emigração/ Imigração...*, p. 13.

6. O Brasil era praticamente o único destino dos 712 requerentes de identificação: 98% dos residentes no concelho e 99% dos externos. As restantes pessoas seguiam para a África portuguesa.

A cidade de Santos era o primeiro rumo dos medenses (68,1 %) e o segundo dos não-medenses (26,1 %), escolhendo estes preferencialmente o Rio de Janeiro (59,2%). Os oriundos do concelho pretendiam ir também para S. Paulo (13,5%) - e, provavelmente, também uma boa parte dos que declaravam Santos como local de desembarque -, Rio de Janeiro (11,9%) e Minas Gerais (3,8%). Os restantes destinos eram marginais: Baía (0,4%), Pará (0,1%) e

S. Vicente (0,1%). A África portuguesa pouco representava no conjunto, pois apenas 9 pessoas (1,6%) partiram para Angola, indo cinco para Moçâmedes, duas para Luanda e duas para Benguela. Os emigrantes que saíram dos concelhos limítrofes foram, como se disse, maioritariamente para o Rio de Janeiro (nomeadamente em 1896, ano em que a capital brasileira atraiu 90% dessas pessoas) e Santos, mas também para S. Paulo (9,6%), Minas Gerais (3,2%) e Pará (0,6%). Escolheram ainda Moçambique (Lourenço Marques) 1,3% dos requerentes não domiciliados no concelho.

Em 1892, a cidade de Santos chega a representar 89% dos destinos medenses e, no ano seguinte, absorve 96% desses emigrantes. É possível que tenham actuado na região angariadores de mão-de-obra para o Estado de São Paulo. A imitação, a procura de vizinhos e familiares que constituíssem uma rede de apoio era, sem dúvida, fundamental na escolha do destino. Só assim se explicam as opções bem demarcadas e distintas consoante as aldeias: 92% dos emigrantes de Casteição, 91% dos da Prova e 89% dos que saem de Vale de Ladrões vão para Santos, enquanto 83% dos naturais do Poço do Canto escolhem o Rio de Janeiro e 71% dos que abandonam a Barreira preferem S. Paulo. No dia 3 de Outubro de 1892 foram requeridos 49 termos de identidade, vindo da “zona serrana” 45 requerentes: 18 de Casteição, 17 de Paipenelae Iodo Aveloso. No dia 6 aparecem mais oito pessoas e no dia 7 outras seis, sempre das mesmas freguesias. Procuravam, com certeza, a entajuda, viajando e aportando juntas à terra estranha, pois todas se dirigiam a Santos. Mas o facto insinua ainda outra realidade: é bem possível que tivesse passado por essas aldeias um angariador que soube ser suficientemente convincente.

E o que os esperava no Brasil? Os cafezais do Estado paulista, mas talvez

ainda mais a vida urbana em Santos e São Paulo⁶³. Empregar-se-iam os medenses na construção, nas fábricas, em pequenos negócios, na prestação de variados serviços. Trabalhariam também na rede de estradas e caminhos de ferro, que se expandia no Estado, e nas obras do porto de Santos, onde os lusos pululavam nas docas⁶⁴. Nesta cidade, onde nas primeiras décadas de Novecentos os portugueses se tomarão o grupo imigrante largamente maioritário⁶⁵, viviam também, na década de 1890, o marido de Maria do Carmo⁶⁶ e Firmino Augusto Mendes⁶⁷.

O primeiro, a quem se vão reunir a mulher e quatro filhas, construiu lá, por certo, uma vida melhor, pois se assim não fosse, decerto não as chamaria. Não foi fácil, com certeza, o transplante da Prova para a ruidosa e cosmopolita cidade de Santos, mas Maria do Carmo e as filhas são apenas um exemplo do importante movimento de reunião familiar que saía do concelho para esse centro urbano.

O segundo, Firmino⁶⁸, tão saudosos da esposa que insiste na sua partida imediata, pede-lhe que vá sem os filhos, que os deixe entregues ao avô. Quer a companhia da mulher, mas não envia dinheiro para a viagem. Tudo pagará depois, diz, assim como promete reembolsar o sogro das despesas que fizer com os netos. Mas se a vida lhe corresse bem, não mandaria dinheiro para as passagens e não desejaria também a ida dos filhos? Firmino mantém contactos estreitos com conterrâneos e parentes mas, estranhamente, embora saiba que os sogros estão bem, ignora se a mãe ainda vive. A mulher de Firmino parte, de facto. O que terá encontrado? As misteriosas palavras do marido *e quando vieres te direi então o que agora te avia diser*, traduziriam a incapacidade deste homem para exprimir por carta a ternura que lhe ia no coração? Ou, pelo contrário, pouco auguravam de bom, e mais não eram do que a falta de coragem para contar toda a realidade? Quanto aos filhos, esses, algum dia terão revisto os pais?

Longroiva, Dezembro de 2001

⁶³ Segundo Maria Izilda Santos de Matos, os portugueses constituem 10% do total dos imigrantes do Estado de São Paulo nos anos 1887-1900 e, entre 1890 e 1930, instalaram-se sobretudo nas cidades (“Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. São Paulo, 1890-1930” em *Emigração/Imigração...*, pp. 220, 226). Sobre as infelizes condições de vida dos portugueses no Brasil, ver Maria Antonieta Cruz, “Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil...”.

⁶⁴ Ver Maria Izilda Santos de Matos, “Estratégias de sobrevivência...”, pp. 218-237; Bento Carqueja, *O povo português*, p. 400.

⁶⁵ Maria Izilda Santos de Matos, “Estratégias de sobrevivência...”, p. 223.

⁶⁶ Ver Doc. 1.

⁶⁷ Leia-se a sua carta a seguir transcrita (Doc. 2).

⁶⁸ Este homem não consta dos livros de termos de identidade conservados no AMM. Ou tinha emigrado antes de Abril de 1889 ou não requereu a documentação na Meda.

ANEXO DOCUMENTAL

Doc. 1.

1893, Fevereiro, 3, Administração do Concelho da Meda - Termo de identidade de mulher e quatro filhas requerido para obtenção de passaporte⁶⁹.

Termo de edentidade de Maria do Carmo, casada, jomaleira e de suas filhas Maria, Emilia, Amelia e Ritta da Conceição, todas da freguezia da Prova, d'este concelho.

Aos nove dias do mês de fevereiro de mil oitocentos noventa e tres n'esta Villa de Mêda e secretaria d'administração do concelho, estando presente o Ex.^{mo} Administrador do mesmo, Bacharel Duarte Gustavo de Roborêdo Sampaio e Mello, commigo secretario de seu cargo, compareceu Maria do Carmo, casada, jomaleira, filha de Claudina Joaquina e pae incognito, acompanhada de suas filhas Maria, Emilia, Amelia e Ritta da Conceição, todas da freguezia da Prova, d'este concelho de Meda e requereram se lhes tomasse termo das suas edentidades afim de obterem passaporte para embarcarem para os Estados Unidos do Brazil em destino á cidade de Santos, para alli se juntarem com seu marido e pae e declararam não saber lêr nem escrever. E logo elle Administrador verificou serem as requerentes as proprias por lh'o affirmarem as testemunhas presentes adiante nomeadas e assignadas, bem conhecidas n'esta administração e ter a primeira requerente os signaes seguintes: Características : Edade - trinta e um annos, altura - um metro e quarenta e nove centimetros, rosto - redondo, olhos - castanhos, sobr'olhos e cabelos - pretos, nariz e bôcca - regulares, côr - natural. Particulares: nada. Pelas requerentes foi apresentada um estampilha de quinhentos reis que adiante vae ser collada e devidamente inutilisada. E para constar mandou elle Administrador lavrar este termo que assigna com as testemunhas presentes Antonio Augusto Souto Brandão e Carlos Augusto Guerra, ambos casados, empregados públicos, e moradores n'esta Villa, depois de lhes ser lido por mim Jose Maria Ramos, secretário, que o subscrevi e assigno.

(Selo de 500 réis)

[Assinaturas:] Duarte Gustavo de Roborêdo Sampaio e Mello
Antonio Augusto Souto Brandão
Carlos Augusto Guerra
Jose Maria Ramos

⁶⁹ AMM, *Livro de termos de identidade* [1892-1894].

Doc. 2.

1894, Março, 1, Santos (Brasil) - Carta de chamada apresentada por uma requerente que pretende reunir-se ao marido, emigrado em Santos⁷⁰.

Mulher

Muito estimarei que ao receberes esta minha carta estejas desfructando uma perfeita saude em companhia de nossos filhos e filhas a quem muito muito me recummendo. Sabirás que hoje mesmo lancei a mão a pena só para saber da tua saude pois que já á tantas cartas que te escrevo e sem de nenhuma ter resposta naturalmente será por não seres entregue delias agora porem pesso-te que se fores entregue d'esta que venhas para a minha companhia isto é se teu pai ficar entregue de nossos filhos e pede-lhe que fique com elles que eu lhes mandarei o socorro necessario e que escuza de ter receio algum de ficar com elles e no caso de ficar com elles vê se arranjas dinheiro para vires que em cá estando eu corresponderei com o que pedires sem falta e se vieres vem o mais breve possivel e no caso de vires vem para a Cidade de Santos e lá progunta pela rua de minas casa n° 35 2° andar que ahi te dirigeram a onde eu estou pois d'este modo virás para a minha companhia eu em todas as minhas cartas te tenho feito esta recommendação mas até hoje de nada tenho sabido.

Recommenda-me muito aos nossos filhos e a minha mãe no caso d'esta ser viva pois que teu pai e tua mãe sei que ainda existem em rasão de aqui me darem rasão d'elles e faz-lhes as mesmas recommendações da minha parte e da parte de teu irmão Antonio que tenho aqui estado varias veses com elle e como eu se recommenda muito para com vosco. Outra vez te recommendo que no caso de vires venhas o mais breve possivel.

Com isto não te enfado mais aceita um coração saudoso de este teu hom[em] que mil venturas te deseja e quando vieres te direi então o que agora te avia diser. Adeus Adeus a té avista.

Santos 1 de março de 1894

Fermino Augusto Mendes

⁷⁰ AMM, documento avulso colocado entre as páginas de um *Livro de termos de identidade*.